



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 0170285/2019			
PA COPAM Nº: 00746/2015/001/2019		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Areias 2 Irmãos Ltda – ME	CNPJ:	04.578.146/0001-70
EMPREENDIMENTO:	Areias 2 Irmãos Ltda – ME	CNPJ:	04.578.146/0001-31
MUNICÍPIO:	Divinópolis - MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none"><li>Não há incidência de critério locacional</li></ul>			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3	0
A-03-02-6	Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha	3	0
RESPONSÁVEL TÉCNICO: André Henrique Gontijo Matos – Engenheiro de Minas		REGISTRO: CREA/MG 166.044/D	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Maria Eduarda D'Carlos Belo Gestora Ambiental Engenheira de Minas		00063193-1	
De acordo: Guilherme Tadeu F. Santos Diretor Regional de Regularização Ambiental		1.395.599-2	



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 0170285/2019**

O empreendimento Areias 2 Irmãos Ltda – ME, localizado no município de Divinópolis/MG, formalizou, no dia 18 de fevereiro de 2019, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado (LAS), via relatório ambiental simplificado (RAS), para as atividades A-03-01-8: Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, com produção bruta de 40.000 m³/ano, e A-03-02-6: Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, com produção bruta de 30.000 t/ano, gerando o PA n. 00746/2015/001/2019.

O empreendimento em questão é classificado por porte e potencial poluidor/degradador como classe 3 e possui fator locacional resultante igual a zero, justificando a adoção do procedimento simplificado.

As atividades da empresa ainda não foram iniciadas, conforme declarado no RAS. O empreendimento pretende realizar operações de lavra em cava aluvionar para a produção de materiais de uso em construção civil, que se dará por meio dragagem. A área a ser lavrada encontra-se inserida na poligonal DNPM 832.806/2016, com área de 11,31 ha. A poligonal, juntamente com a área da cava, abrange três propriedades distintas, a saber:

- Fazenda Ribeirão – matrícula 78.411, com área de 23,8345 ha e área de Reserva Legal de 4,9345 ha, proprietários Maria Helena Gontijo Aguiar e outros;
- Fazenda Ribeirão – matrícula 78.406, com área de 38,4825 ha e área de Reserva Legal de 7,7805 ha, proprietários Maria Aparecida da Silva Duque e José Duque Viana;
- Fazenda Ribeirão – matrícula 143.030, com área de 38,8350 ha e área de Reserva Legal de 7,7670 ha, proprietária Maria Conceição da Silva Duque.

Foram apresentados pelo empreendedor todas as Certidões de Registro de Imóveis - CRI, os mapas de averbação de reserva legal, os recibos de inscrição no CAR, bem como os Contratos de Pesquisa e Extração Mineral e Autorizações, concedidos pelos respectivos proprietários à Areias 2 Irmãos Ltda – ME.

Em relação ao imóvel da matrícula 78.411, sua reserva legal foi averbada em 07 de janeiro de 2000, conforme Av. 3-78.411, com uma área de 17,65 ha, em conjunto com outros dois imóveis com áreas contíguas e pertencentes aos mesmos proprietários, registrados sob as matrículas de n. 78.410 e n. 78.412, todos eles registrados no Livro n. 2 do registro de imóveis de Divinópolis/MG. Acontece que, ao cadastrar os imóveis no CAR, foram realizadas três inscrições diferentes, uma para cada matrícula, dividindo a reserva legal entre elas, conforme descrito abaixo:

- Matrícula 78.410 – área do imóvel: 29,0575 ha, área da reserva legal: 11,5546 ha;
- Matrícula 78.411 – área do imóvel: 23,8345 ha, área da reserva legal: 4,9446 ha;
- Matrícula 78.412 – área do imóvel: 32,8345 ha, área da reserva legal: 1,8554 ha.

A divisão das áreas como foi feito contradiz o que diz o art. 32 da Instrução Normativa n. 02/MMA, de 6 de maio de 2014:

*Art. 32. Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais, que dispõem de mais de uma propriedade ou posse em área contínua, deverão efetuar uma única inscrição para esses imóveis.*



Contudo, analisar todos os CAR, CRI e mapas de averbação de reserva legal dos imóveis acima, percebeu-se que foi um erro meramente administrativo por parte dos proprietários, não havendo a intenção de tirar vantagens. Sendo assim, será condicionado neste Parecer a unificação das três áreas em um único CAR, perfazendo um total de 85,7265 ha, com 18,3546 ha de reserva legal, não inferior a 20%.

No item 4 do RAS foi declarado que existe uma área já degradada dentro do empreendimento e foi justificado pelo responsável técnico que tal área foi anteriormente lavrada por terceiros, uma suposta invasão da poligonal da empresa que operava no local do polígono adjacente ao da Areias 2 Irmãos Ltda, que atualmente encontra-se inativo, segundo dados do DNPM.

Como dito anteriormente, a metodologia de lavra será a céu aberto em cava aluvionar, numa escala de produção estimada de 3.333 m³/mês de areia e 2.500 t/mês de argila. Os equipamentos necessários às operações consistem de draga de sucção, pá carregadeira, retroescavadeira e caminhões. O empreendimento possui Outorga de Portaria n. 1200551/2019 para fins de extração mineral com dragagem em cava aluvionar, com validade até 18/01/2024.

Segundo informações, na área do empreendimento será implantada toda a infraestrutura necessária para seu funcionamento, tais como: estradas de acesso, canaletas de drenagem e direcionamento da água de retorno, tubulação de polpa e retorno.

De acordo com o engenheiro de minas responsável pela empresa, o material do decapeamento será alocado em três depósitos temporários que não se configuram como pilhas de estéril, uma vez que o empreendimento utilizará esse material na reconformação topográfica da cava, tão logo a lavra avance. Assim, todo o material gerado nas operações de decapeamento, lavra de argila e lavra de areia, é retornado à cava com o intuito de diminuir a área de espelho d'água em operações de reconformação topográfica realizadas durante todo o tempo de vida útil do empreendimento, minimizando os impactos negativos das operações, além de se criar condições favoráveis à recuperação ambiental ao final das atividades no local.

A lavra inicial terá uma cava 4,4 ha, com uma expansão de 2,0 ha, tendo a cava final 6,4 ha. O produto argila, após lavrado e carregado, será vendido a empresas de cerâmica da região. Já o produto areia, após lavrado, é armazenado em pilhas para secagem, para depois ser carregado e comercializado. A área diretamente afetada – ADA pelo empreendimento será de 8,91 ha.

O uso da água na empresa restringe-se ao consumo humano (0,14 m³/dia) e a dragagem perdida por evaporação ou umidade do produto (19,2 m³/dia). A água para consumo humano será proveniente de uma cisterna, Certidão de Uso Insignificante n. 111276/2019.

Como principais impactos ambientais inerentes às atividades, tem-se a geração de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, ruídos, bem como resíduos sólidos.

Os efluentes líquidos são oriundos das instalações apoio, tratando-se então de efluentes sanitários, com uma geração prevista de 0,05 m³/dia, e água com partículas finas oriundas do processo de dragagem (6,241 m³/dia). O sistema de tratamento de efluente sanitário será composto por fossa biodigestor/sumidouro e implantado no banheiro da construção existente no imóvel da matrícula de n. 143.030, conforme o cronograma executivo apresentado. O sistema de drenagem superficial a ser implantado no empreendimento será composto por canaletas de drenagem, dirigindo toda a água



de processo e águas pluviais para a cava aluvionar em um circuito fechado, impedindo assoreamento de cursos d'água.

As emissões atmosféricas constituem-se de gases veiculares e poeiras geradas pela movimentação de equipamentos e carregamento do minério, sendo as medidas de controle a manutenção regular nas fontes emissoras e o cascalhamento das vias de acesso.

Quanto aos ruídos, são provenientes dos equipamentos, limitando-se ao período diurno. O empreendimento adota como medidas de mitigação a manutenção periódica dos equipamentos.

Os resíduos sólidos gerados no empreendimento são classificados como Classe I e II, conforme ABNT NBR 10.004. Segundo informações, os resíduos de embalagens de alimentos e resíduos orgânicos serão transportados até o endereço administrativo da empresa, em Carmo do Cajuru/MG e colocados para coleta seletiva do serviço público; os pneus usados pelos veículos e maquinários serão deixados nas empresas que efetuarem a venda e troca dos novos pneus nos veículos e maquinários; os óleos lubrificantes serão recolhidos pela empresa especializada Petrolub Industrial de Lubrificantes Ltda; já as embalagens de óleo lubrificante e graxa serão armazenadas temporariamente no galpão da empresa na sede administrativa e será verificado o recolhimento dos mesmos pela empresa fornecedora dos produtos.

Na empresa, as matérias-primas e insumos utilizados são combustível diesel e óleo lubrificante, que são utilizados nas máquinas, caminhões e manutenções gerais. Segundo o empreendedor, não há necessidade de acondicionamento destes materiais no local, visto que os equipamentos são levados à matriz do empreendimento e/ou oficinas terceirizadas para abastecimento e manutenção.

Ressalta-se que todas as outras documentações essenciais para subsidiar a análise deste processo também foram apresentadas e consideradas satisfatórias.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no Relatório Ambiental Simplificado, sugere-se o deferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Areias 2 Irmãos Ltda - ME para as atividades de "Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil" e "Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha", no município de Divinópolis/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculado ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



**ANEXO I**  
**AREIAS 2 IRMÃOS LTDA - ME**

As condicionantes a serem inseridas devem sempre estar afetas a aspectos ambientais. Para a Licença Ambiental Simplificada fica determinado as seguintes condicionantes constantes do quadro abaixo:

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença.
02	Apresentar relatório fotográfico comprovando a finalização das obras de implantação do sistema de tratamento de efluentes sanitários.	30 dias.
03	Solicitar junto ao IEF a unificação das matrículas 78.410, 78.411 e 78.412 em um único CAR, e apresentar o novo CAR na Supram-ASF.	180 dias.

**\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

**IMPORTANTE**

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ASF, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento AREIAS 2 IRMÃOS LTDA - ME

#### 1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e saída do sistema de tratamento de efluentes líquidos sanitários.	DBO, DQO, pH, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos, óleos minerais, óleos vegetais, gorduras animais, substâncias tensoativas e temperatura.	<u>Semestral.</u>

**Relatórios:** Enviar anualmente à Supram-ASF até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

<sup>(1)</sup> Para as amostragens feitas no corpo hídrico, apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante.

<sup>(2)</sup> Para as amostragens feitas no corpo hídrico receptor, apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



## 2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram-ASF, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- |                       |   |
|-----------------------|---|
| 1- Reutilização       | 6 - Co-processamento                                    |
| 2 - Reciclagem        | 7 - Aplicação no solo                                   |
| 3 - Aterro sanitário  | 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada) |
| 4 - Aterro industrial | 9 - Outras (especificar)                                |
| 5 - Incineração       |   |

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.